



CIDADES COSTEIRAS BRASILEIRAS: FORMA URBANA E A RELAÇÃO ENTRE LITORAL E CIDADE ¹

TÂNGARI, Vera R. (PROARQ-FAU/UFRJ); BENFATTI, Denio (POSURB-CEATEC/PUC-Campinas)

vtangari@uol.com.br, dbenfatti@uol.com.br

Resumo

O universo da pesquisa nacional, objeto do Projeto Temático FAPESP “Espaços livres e forma urbana”, coordenada pelo laboratório QUAPÁ-SEL da FAUUSP, engloba 35 cidades, dentre capitais e cidades de porte médio no Brasil, e se pauta em procedimentos que incluem: pesquisas em rede, individuais e em grupo; oficinas de trabalho nas cidades estudadas; colóquios de pesquisa anuais; divulgação em eventos científicos nacionais e internacionais. Neste artigo são enfocadas cidades localizadas na costa litorânea brasileira onde já ocorreram oficinas e que possibilitaram a sistematização de alguns resultados e uma aproximação de cunho comparativo: Vitória, Salvador, Maceió, Santos e Recife. Para cada cidade, além dos aspectos inclusos nas linhas de investigação propostas, foram compilados dados referentes ao perfil do suporte geobiofísico, à demografia e à sócio economia; tendências de expansão, incluindo os projetos urbanos e metropolitanos em andamento; similaridades e contrastes na forma de ocupação. O texto inclui reflexões sobre o objeto pesquisado e comparações entre as cidades e conclui por indicar para debate possíveis critérios de intervenção para as cidades estudadas que gerem qualidade urbana, resguardadas as situações socioambientais particulares a cada uma.

Palavras-chave: forma urbana, espaços livres, litoral.

1. INTRODUÇÃO

Em nossa ‘modernidade líquida’, segundo Bauman (2003), temos frequentemente a impressão de que podemos ser onipresentes e fazer um milhão de coisas ao mesmo tempo. Nada mais falso e superficial. Para além do que cabe na tela de um celular, poucas coisas

¹ Esse artigo foi elaborado com base nos relatórios das oficinas QUAPA-SEL realizadas nas cidades de Recife, Maceió, Salvador, Vitória e Santos, com autoria dos pesquisadores e colaboradores das equipes responsáveis por projeto temático a cargo da FAUUSP (coordenação), PUCCampinas e IAU-USP.



conseguem ganhar alguma densidade e fazer avançar o conhecimento nos diferentes campos de nossa existência.

Isto posto, ao invés de discorrer obviedades variadas sobre todas as linhas de investigação propostas para as oficinas realizadas pela rede QUAPA-SEL, em particular aquelas que ocorreram nas cidades litorâneas, resolvemos aqui traçar um recorte mais restrito e colocar um pouco mais de luz sobre apenas duas ou três coisas.

Portanto, o que pretendemos aqui não se configura como um artigo tradicional, resultado de uma pesquisa, trata-se muito mais de uma avaliação parcial sobre uma experiência de pesquisa em andamento. Parcial porque a pesquisa em questão aborda 35 cidades e esta reflexão selecionou apenas parte delas que tem em comum o fato de se situarem na costa brasileira. Portanto, menos ou mais que um artigo, trata-se de um “work in progress”.

Nesta reflexão tentamos combinar uma abordagem mais ampla e ao mesmo tempo parcial dos resultados das oficinas realizadas nestas cidades e das linhas de investigação propostas pelo coletivo de pesquisadores do QUAPA-SEL.

Começamos por estas linhas de investigação. A pesquisa QUAPA-SEL propõe quatro linhas de investigação que deveriam ser, e de fato foram, observadas pelos pesquisadores e pelos demais participantes das oficinas realizadas nas cidades analisadas. São elas:

- **sistemas de espaços livres** e sua relação com a forma urbana e elementos estruturais (praças, parques e demais espaços de convívio, lazer e conservação ambiental);
- **padrões morfológicos** (fisiografia de quadras, lotes, edificações);
- **processo de produção** das formas urbanas (principais agentes e produtos);
- **legislação urbanística**, parcelamento e uso e ocupação do solo (modelagem de algumas situações típicas significativas).

A reflexão se ateve basicamente aos resultados das oficinas. Esta forma de tratar o trabalho implica também uma espécie auto-reflexão, olhar para o próprio umbigo com uma dose de simplicidade e outra de ousadia. Simplicidade porque tem como ponto de partida os relatos das análises e sínteses das apresentações ocorridas nas oficinas.

A ousadia vem exatamente por conta de a reflexão estar baseada nestes relatos. As oficinas e os respectivos relatos sobrepueram várias camadas de heterogeneidade: as oficinas tiveram dinâmicas e resultados desiguais e os relatos dessas experiências foram realizados



por pesquisadores diversos, apresentando também, com relação ao relato, uma grande heterogeneidade. O que traz alguma homogeneidade é o fato das oficinas terem sido realizadas e relatadas a partir das quatro linhas de investigação descritas acima.

As dificuldades acima são parte integrante de um objeto igualmente heterogêneo. A pesquisa proposta pretende iluminar a relação entre o sistema de espaços livres e a forma urbana das cidades brasileiras. À primeira vista um objeto tão amplo quanto diverso. Apesar desta aparente e óbvia dificuldade, parece-nos que a simples tentativa de comparar e refletir sobre situações urbanas distintas, com processos históricos e dimensões distintas e submetidas a processos igualmente distintos de expansão nestas últimas décadas já nos permitiu vislumbrar indícios novos de adequação metodológica e de critérios para futuras ações.

Um trabalho como este, inicialmente realizado a quatro mãos, com toda certeza deverá receber contribuições diversas de outros membros participantes do QUAPA-SEL, em especial daqueles com maior familiaridade e conhecimento das cidades analisadas que os autores desta reflexão. Esse artigo, portanto, está totalmente aberto a contribuições.

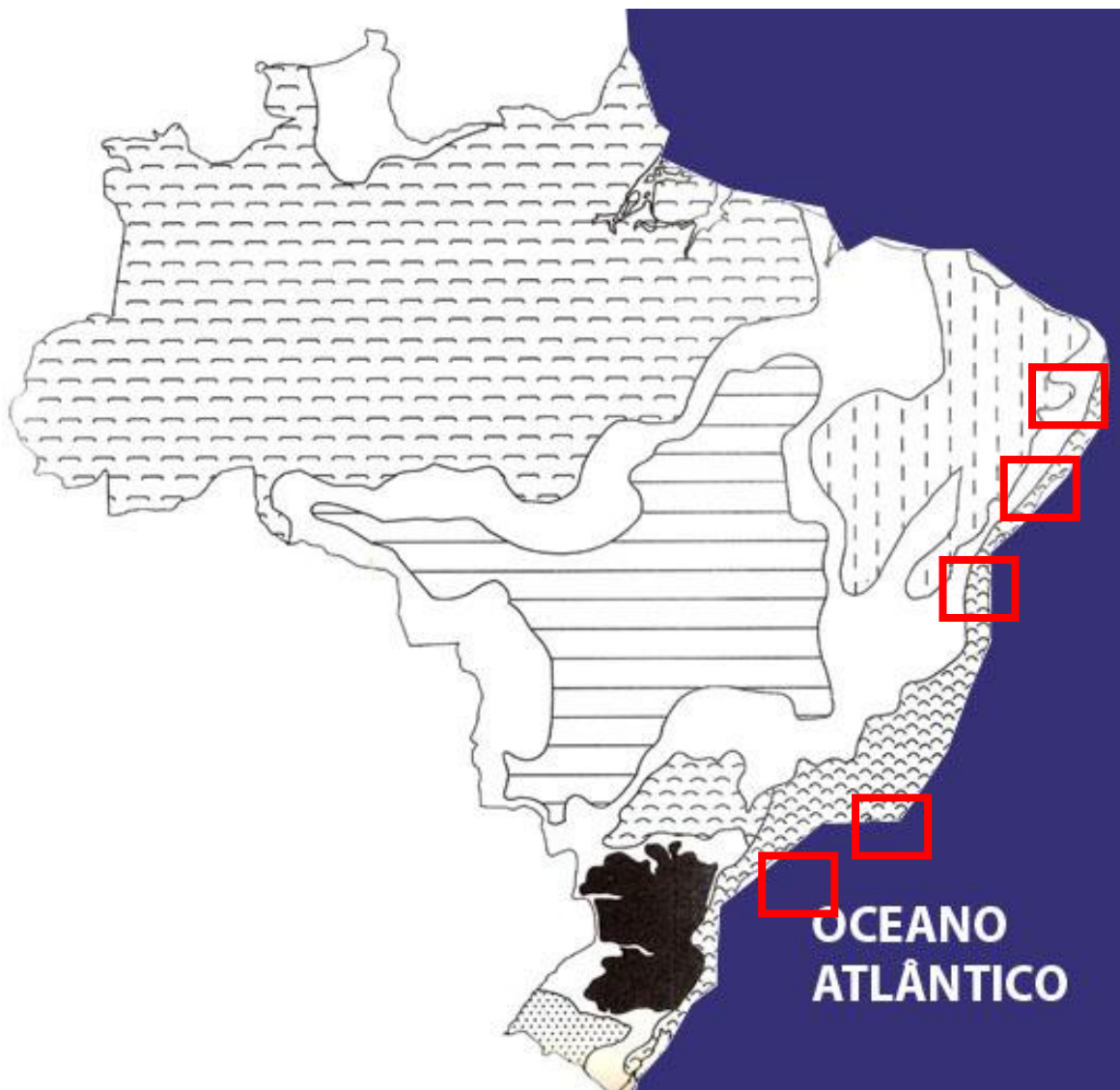
2. A MONTAGEM DE UM QUADRO ANALÍTICO HOMOGÊNEO

A partir dos resultados apresentados nas oficinas procurou-se complementar algumas informações no sentido de estabelecer uma base de dados comum para todas as cidades. A primeira informação, de caráter geral, diz respeito a localização das cidades nos diferentes biomas brasileiros. Para esta caracterização utilizamos como fonte o mapa de biomas construído por Aziz Ab'Saber. (2003). As cinco cidades litorâneas encontram-se no bioma Mata Atlântica. Aziz Ab'Saber complementa a caracterização da região leste do Brasil como "Domínio dos Mares de Morros" e clima diversificado (**Figura 1**).

Nas cidades de Santos e Vitória o bioma é mais amplo, adentrando mais o interior com incidência de morros mais altos. Já nas cidades de Salvador, Maceió e Recife o bioma ocupa apenas uma estreita faixa litorânea, já próximo do bioma Caatinga. Nestas cidades a topografia dos morros é mais arredondada, com a presença de tabuleiros, grotas e dunas. Nas cinco cidades, verifica-se a presença de mangues e áreas alagadas. Apesar de diversos, estes elementos são fortes condicionantes da urbanização e da existência de áreas livres de ocupação, ou ocupação de áreas impróprias (mangues e alto dos morros).



Outros itens acrescentados para a construção de uma base de dados comum a todas as cidades incluíram: localização, população, dimensão e suporte físico. Quanto aos demais, foram dados e informações presentes em todas as oficinas: *Sistema de espaços livres / Padrões morfológicos / Processos de produção / Legislação urbanística*. Nesta reflexão, respondendo à proposta de simplificação da abordagem, o critério das “duas ou três coisas” pretende abordar ainda reflexões sobre: *Tendências / Similaridades / Contrastes*. Cabe ressaltar que o resultado das oficinas sobre o aspecto *Legislação urbanística* é muito desigual e as comparações e diferenciações tornam-se muito superficiais.



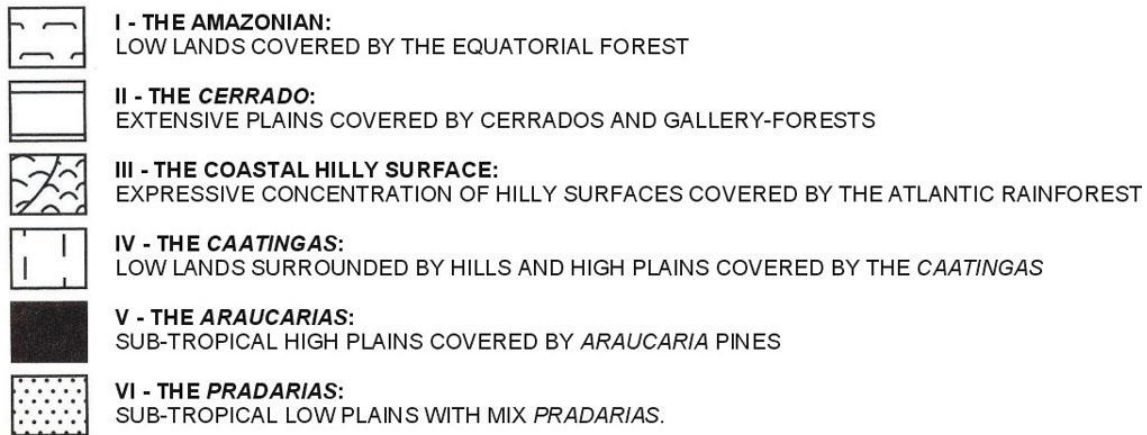


Figura 1. Localização das cidades sobre mapa de biomas

Fonte: AB'SABER, 2003

3. AS CIDADES: RECIFE, MACEIÓ, SALVADOR, VITÓRIA E SANTOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO: LOCALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, DIMENSÃO E SUPORTE FÍSICO

Nesse item nos dedicamos a sistematizar dados gerais sobre cada cidade a fim de termos um panorama das informações demográficas, econômicas, político-administrativas e de aspectos do suporte físico. Algumas cidades destacam-se em pontos específicos:

População: Recife com 1.608 488 habitantes; densidade; Maceió com 7.363,69 hab./km²;
IDH: Vitória com IDH: 0,845; PIB/capita: Santos: R\$ 89. 898, 17.

As cidades tem relevo distinto entre a localização no sudeste, em relevos mais acidentados, e nordeste, com relevos mais suaves ou com a formação de tabuleiros e escarpas. A vegetação original se compunha de espécies de Mata Atlântica com incidência de ecossistemas de restingas e mangues, na região sudeste, e grotas, lagoas, dunas e praias, alagadiços e restingas, na região nordeste.

A seguir são apresentadas as informações coletadas durante as oficinas, e complementadas pelos autores.

3.1.1. RECIFE

Localização: capital do Estado de Pernambuco – Região Nordeste. (**Figuras 2 e 3**). Situada na Mesorregião Metropolitana do Recife e Microrregião do Recife. Sede da Região Metropolitana. Ocupa posição central no litoral do nordeste do Brasil.

População: 1.608 488 habitantes (2014).



Área: 218,435 km² - Densidade: 7.363,69 hab./km².
IDH: 0,772 - PIB/per capita: R\$ 23 679,08 (2012).

Suporte físico:

Altitude: 4 m.

Porção territorial - 67% morros; 23% planícies; 9% áreas aquáticas; 6% Zonas Especiais de Preservação Ambiental.

Cortada por rios, articulada por pontes, e formando algumas ilhas - Santo Antônio, São José e Bairro do Recife. Vegetação: cobertura original - Mata Atlântica.



Figuras 2 e 3. Recife – localização e imagem aérea

Fonte: IBGE, 2010 e Acerco QUAPÁ-SEL, 2014

3.1.2. MACEIÓ

Localização: capital do Estado de Alagoas – Região Nordeste (**Figuras 4 e 5**)

Situada na microrregião de Maceió e mesorregião do Leste Alagoano.

Sede de Região metropolitana.

População: 1.005. 319 habitantes (2014)

Área: 510,655 km² - Densidade: 1.968,69 hab./km²

IDH: 0,735 - PIB/per capita: R\$ 14. 572,42 (2011)

Suporte físico:

Altitude: 7 a 300 m

Tabuleiros, grotas, lagoas, dunas e praias, alagadiços e restingas.

Rios Mundaú e Paraíba do Meio

Vegetação: cobertura original - Mata Atlântica.



Figuras 4 e 5. Maceió – localização e imagem aérea

Fonte: IBGE, 2010 e Acerco QUAPÁ-SEL, 2014

3.1.3. SALVADOR

Localização: capital do Estado da Bahia – Região Nordeste (**Figuras 6 e 7**)

Situada na Mesorregião Metropolitana de Salvador e Microrregião de Salvador, Região de Planejamento de Gestão das Águas do Recôncavo Norte e sede da na Região Metropolitana de Salvador.

População: 1.005. 319 habitantes (2014)

Área: 510,655 km² - Densidade: 1.968,69 hab./km²

IDH: 0,735 - PIB/per capita: R\$ 14. 572,42 (2011)

Suporte físico:

Altitude: 8,30 m.

Planícies (cidade baixa); vales, escarpas e tabuleiros (cidade alta)

Alagados, lagoas, dunas e praias. Ecossistema de dunas, lagoas e restingas

Vegetação: cobertura original - Mata Atlântica.



Figuras 6 e 7. Salvador e imagem aérea



Fonte: IBGE, 2010 e Acerco QUAPÁ-SEL, 2014

3.1.4. VITÓRIA

Localização: capital do Estado do Espírito Santo – Sudeste (**Figuras 8 e 9**)

Situada na Mesorregião Central Espírito-santense e Microrregião de Vitória, na Região Metropolitana de Vitória. Compreende uma parte insular e uma parte continental. Relações metropolitanas de continuidade: Vitória, Cariacica, Vila Velha e Serra.

População: 352.104 habitantes (2014)

Área: 98,194 km² - Densidade: 3.585,8 hab./km²

IDH: 0,845 - PIB/per capita: R\$ 76. 721, 66 (2010).

Suporte físico:

Altitude: 12 m

Áreas planas, alagados/mangue, afloramento de morros isolados.

Maciço Central é um dos principais elementos estruturadores da paisagem e da ocupação, no seu entorno afloram morros de menor altura.

Vegetação: cobertura original - Mata Atlântica.



Figuras 8 e 9. Vitória – localização e imagem aérea

Fonte: IBGE, 2010 e Acerco QUAPÁ-SEL, 2014

3.1.5. SANTOS

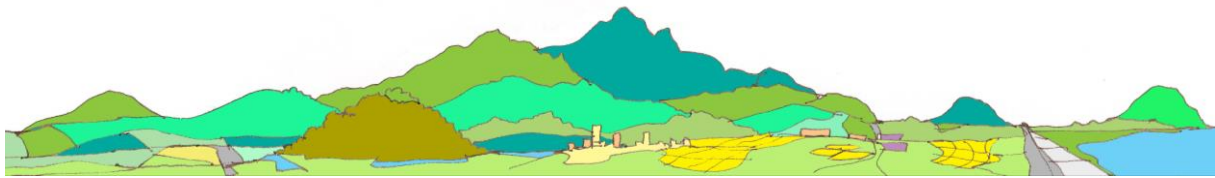
Localização: Baixada Santista – Região Sudeste (**Figuras 10 e 11**)

Situada na Mesorregião do litoral sul do Estado de São Paulo e Microrregião de Santos, é sede Região Metropolitana da Baixada Santista. Compreende uma parte insular e uma parte continental. Integra o complexo metropolitano expandido, denominado megalópole do Sudeste, com cerca de 30 milhões de habitantes.

População: 433.565 habitantes (2014) – taxa de urbanização: 99,93%

Área: 280,674 km² - Densidade: 1.544,73 hab./km²

IDH: 0,840 - PIB/per capita: R\$ 89. 898, 17 (2012).



Suporte físico: Altitude: 2m.
Planície costeira, alagados e manguezais.
Afloramento de morros isolados.
Vegetação: cobertura original - Mata Atlântica.



Figuras 10 e 11. Santos – localização e imagem aérea
Fonte: IBGE, 2010 e Acerco QUAPÁ-SEL, 2014

3.2. PADRÕES MORFOLÓGICOS E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE FORMAS URBANAS

Nesse item busca-se destacar a fisiografia do tecido urbano e de componentes como quadras, lotes, edifícios e vegetação, conforme Lamas (1992), e procura-se entender os modelos aplicados como referências provenientes de ideários urbanísticos, segundo Tângari (1999 e 2013), assim como os agentes e processos de produção da forma urbana, conforme discutidos em Silva e Lima (2014) e Parahyba (2014).

Os padrões são nesse artigo definidos como variações a cerca de modelos constituídos, ditados por culturas e épocas distintas e os tipos são manifestações incidentes que reúnem características distintas para um mesmo padrão. Nesse sentido, o estudo tipológico expressa a evolução da constituição da forma urbana e da paisagem construída e aponta as contradições dos processos de ocupação.

Os agentes e processos de produção da forma urbana estão associados a investimentos públicos e privados e a intervenções em planos, projetos e obras que identificados no meio urbano são agentes responsáveis por processos de mudanças no tecido existente e de indução de expansão.



São descritos abaixo os padrões de tecido, os tipos morfológicos e os processos de produção da forma urbana, identificados para cada cidade, onde destacamos que os tecidos urbanos analisados são de característica compacta, com padrões heterogêneos, reunindo ocupações uni e multi-familiar com predominância de volumetria horizontal, à exceção de Santos, que apresenta um predomínio de volumetria verticalizada.

Cabe destacar o impacto nos tecidos dos bairros periféricos de algumas cidades, como Maceió e Recife, da implantação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida-MCMV na malha urbana existente, compondo novos setores de paisagem com características uniformizadoras. Ressalta-se também a incidência de aberturas de rodovia e, avenidas e implantação de sistemas de transporte de massa, assim como as alterações na legislação urbanística, como os principais agentes de produção da forma urbana observados nas cidades estudadas.

3.2.1. RECIFE

a) Padrões morfológicos: tecido predominantemente horizontal e compacto.

Tipos elencados:

- quadras com volumetria horizontal com e sem recuo, conjuntos habitacionais e condomínios horizontais de tipos variados;
- quadras com volumetria vertical com e sem recuo, nas faixas de orla junto ao centro e no entorno, e tipos de quadra mistos (**Figuras 12 e 13**).

Cabe acrescentar a importância e a dimensão da ocupação informal na mancha urbana, como também a verticalização recente e o aumento do coeficiente de aproveitamento pelos novos parâmetros de legislação.

b) Processo de produção das formas urbanas:

- vetores de desenvolvimento metropolitano ocorrem em 3 direções: norte, sul e oeste, onde as intervenções são direcionadas, em sua maioria, para fora da cidade de Recife; sendo que intervenções pontuais são voltadas para a população;
- Rio Capibaribe como elemento segmentador entre pobres e ricos;
- propriedade da terra nas mãos de duas famílias: Brennan e Ludgren.

Destacam-se: a implantação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na malha urbana periférica; as áreas de ocupação informal e sua influência sobre espaços



livres e forma urbana; a verticalização recente e ao aumento do coeficiente de aproveitamento pelos parâmetros de legislação.



Figuras 12 e 13 – Recife: Volumetria vertical em Boa Viagem

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.2.2. MACEIÓ

a) Padrões morfológicos: tecido predominantemente horizontal e descontínuo.

Tipos elencados:

- quadras com volumetria vertical sobre tabuleiros e na orla marítima;
- quadras com volumetria horizontal e ocupação informal;
- empreendimentos do MCMV como padrão nas áreas de expansão urbana (**Figuras 14 e 15**);
- processo de verticalização recente devido ao aumento do coeficiente de aproveitamento pelos novos parâmetros de legislação.

b) processo de produção das formas urbanas:

- empreendimentos viários e de transporte.
- interesses do mercado imobiliário conduzindo novas áreas e forma de expansão.
- investimentos do governo federal em empreendimentos do Programa MCMV .
- ocupação informal nos grotões.



Figura 14 - Maceió: volumetria horizontal e Figura 15 – Conjunto MCMV Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.2.3. SALVADOR

a) Padrões morfológicos: tecido predominantemente horizontal e tecido descontínuo.

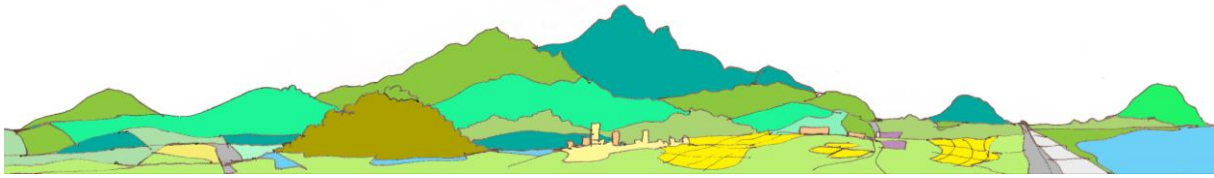
Tipos elencados:

- quadras com forma urbana vertical heterogênea: prédios c/ 5 andares ou c/mais de 25 andares;
- quadras com ocupação horizontal: casas sem recuos nas escarpas, vales e tabuleiros;
- quadras com ocupação informal nas encostas longe das grandes infraestruturas e nas áreas intersticiais de interesse ambiental (**Figura 16**).

b) Processo de produção das formas urbanas:

- investimentos do Governo Estadual e do Governo Municipal para ampliação das redes de infraestrutura e transporte;
- investimentos do Governo Federal e da Prefeitura associados ao Mercado Imobiliário;
- iniciativa privada concentrada em agente populares;
- Governo Federal – Empreendimentos com Programa MCMV.

Cabe acrescentar a verticalização recente e o aumento do coeficiente de aproveitamento devido a mudanças na legislação urbanística (**Figura 17**).



Figuras 16 e 17: Salvador: ocupação informal nas encostas e nas áreas de interesse ambiental e verticalização ao longo de avenida

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.2.4. VITÓRIA

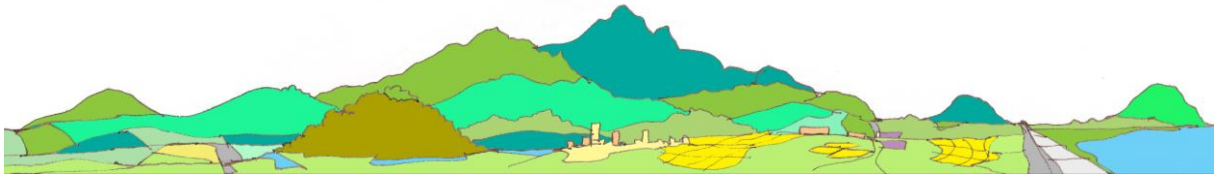
a) Padrões morfológicos: tecido predominantemente horizontal e descontínuo.

Tipos elencados:

- quadras oriundas do Plano do Novo Arrabalde, Saturnino de Brito, 1896.
- quadras com espaços edificados em forma contínua;
- quadras com heterogeneidade da forma urbana vertical: Prédios c/ 5 andares e c/mais de 25 andares;
- quadras onde persistem áreas significativas de padrões horizontais;
- quadras em processo de verticalização da orla para o interior da área urbanizada e na base das encostas dos morros;
- quadras com ocupação informal nas encostas dos morros;
- empreendimentos do MCMV sem visibilidade na paisagem urbana.

b) Processo de produção das formas urbanas:

- investimentos do Governo Estadual e Governo Municipal para ampliação das redes de infraestrutura e de transporte;
- verticalização e adensamento em áreas de interesses do mercado;
- terra urbana de oferta restrita e alta valorização do solo urbano;
- baixa incidência de HIS (MCMV);
- iniciativa privada concentrada em agente populares;



- investimentos do Governo Federal e de grandes indústrias com extensas glebas reservadas a portos, ferrovias e instalações industriais.

Cabe acrescentar a verticalização recente e o aumento do coeficiente de aproveitamento devido a mudanças na legislação urbanística (**Figura 18**).

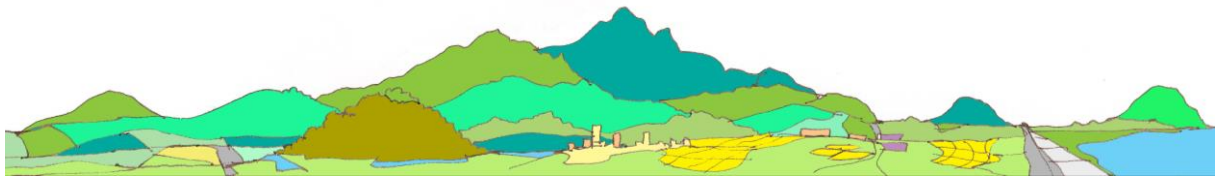


Figura 18: Vitória: verticalização ao longo da orla
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.2.5. SANTOS

a) Padrões morfológicos: tecido verticalizado e contínuo nas áreas urbanizadas.

- quadras oriundas do Plano de Saturnino de Brito de 1914, a partir de traçado com canais de drenagem e definição de quadras e lotes;
- quadras da orla marítima após anos 1960 com homogeneidade em sua verticalização (12-15 andares);
- quadras nas partes internas da ilha: verticalização recente e heterogênea: prédios c/ 5 andares, 12-15 andares e com mais de 25 andares (**Figura 19**);
- quadras onde persistem residências horizontais com recuos.



b) processo de produção das formas urbanas:

- empreendimentos viários e de transporte;
- implantação do sistema de trem VLT pelo Governo do Estado;
- articulação viária metropolitana com dois túneis: Túnel Maciço Central – ligação Santos - São Vicente (Governo do Estado); Túnel Submerso – Ligação Santos – Guarujá – Vicente de Carvalho (Governo do Estado);
- investimentos em gás e petróleo que geram dinâmica urbana;
- altos valores do solo urbano e não existem terrenos para HIS (MCMV);
- verticalização e adensamento em áreas de interesse do mercado;
- aumento do coeficiente de aproveitamento aprovado em 2005.



Figura 19: Santos: verticalização predominante

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.4. SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES: ENTRE A CIDADE TRADICIONAL E O URBANO ESPRAIADO

A discussão de um projeto de pesquisa em andamento (CAMPOS et al., 2011 e 2012) versando sobre o sistema de espaços livres e a forma urbana deve, necessariamente, circunstanciar as diferenças entre a urbanização da qual derivam os núcleos urbanos tradicionais e a forma de urbanização que vem se consolidando no último período de nossa história urbana. Até algumas décadas atrás, o processo de urbanização trouxe como



resultado um espaço cuja legibilidade foi determinada por um conjunto de elementos até certo ponto regulares, por uma continuidade do espaço construído e por uma clara diferenciação entre espaço livre público e espaço edificado privado. O tamanho e a regularidade dos lotes, a rua, os alinhamentos e as múltiplas funções do espaço público consolidaram formas e funções urbanas como ainda hoje encontramos nos núcleos urbanos formados até meados do século XX.

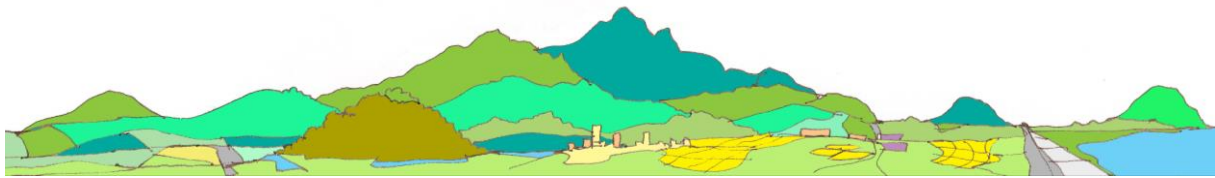
Assim, nos núcleos centrais das cidades analisadas, formados nesse período, o sistema de espaços livres tem como característica o espaço aberto de uso e propriedade públicos encerrado e definido pelo espaço privado. Ruas, praças, largos, alguns poucos parques, definem de forma direta o espaço livre e aberto da cidade. Nesta situação, a relação entre espaço livre e forma urbana é clara e legível em sua totalidade. Esta forma pré-definida de cidade pode ser encontrada tanto na cidade legal quanto na cidade informal.

Nas últimas décadas esta forma tem dado lugar a um urbano espreado. Atualmente, na cidade, ou em sua forma mais ampla de território urbanizado, esta imagem, que anteriormente era pré-definida, não mais existe como expressão do conjunto urbanizado. Temos duas imagens distintas que se complementam, se entrelaçam e se distanciam: as cidades das formas pré-definidas como descrevemos acima, e a cidade-território conectada por grandes estruturas (rodo)viárias e vias expressas, formada por unidades autônomas que se sucedem sem que se consiga construir uma unidade, uma continuidade visível. Tanto essa rede de ligações quanto as unidades autônomas a ela conectadas não mais respondem a formas tradicionais de percorrer o espaço.

Nas cidades analisadas essas duas formas ou representações de cidade, até certo ponto antagônicas, ocorrem de forma associada, composta por esses dois tipos de tecidos, onde o sistema de espaços livres se apresenta através de formas, escalas e funções extremamente distintas.

3.4.1. ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA: AS GRANDES INFRAESTRUTURAS E OS DIFERENTES NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO ESTADO SOBRE O URBANO

Esta nova forma de urbanização responde, a uma ou outra complexidade em função dos atores envolvidos na provisão das novas infraestruturas que estão permitindo e ao mesmo tempo promovendo o aparecimento deste urbano espreado. Essas redes de infraestruturas,



que asseguram a mobilidade e o funcionamento do território, têm sido definidas, na maioria das vezes, por autoridades centrais (Governo Federal, Governo Estadual e Grandes Empresas Estatais ligadas à provisão de infraestruturas), com grande autonomia decisória em relação ao município, e regida por lógicas setoriais e interesses próprios. Portanto, as grandes estruturas que atualmente condicionam a ocupação de partes amplas do território estão, em geral, descoladas ou pouco articuladas com o espaço urbano local. Isto é bastante perceptível nas várias categorias de obras viárias e de transporte.

As decisões de implantação do transporte urbano na cidade de Salvador, por exemplo, tanto no que concerne a mobilidade 'quase exclusiva' para automóveis (as muitas avenidas expressas de fundo de vale e, muito especialmente, a Av. Paralela, responsável pela expansão urbana em direção ao aeroporto), como no que diz respeito ao transporte de passageiros (o metrô de Salvador), são obras cuja decisão e implantação responde a estratégias setoriais ligadas ao governo estadual, ao governo federal, à indústria automobilística, etc. (**Figura 20**).

No caso de Santos, uma cidade mais compacta, mais densamente ocupada e com poucos terrenos ainda disponíveis para urbanização ou para (re)ocupação (**Figura 21**), esta mesma forma de intervenção ocorre a partir da implantação de túneis, também uma obra do governo do Estado, que tem viabilizado a (re) urbanização de áreas centrais ou mesmo periféricas, os chamados "*terrain vagues*", áreas de ocupação industrial ou de grandes equipamentos que se tornaram obsoletos.





Figura 20: As novas áreas de expansão urbana Salvador – o urbano “alargado”

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014



Figura 21: Ocupação tradicional com alta densidade em Santos – o parque, a orla e os edifícios

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Este descolamento também é perceptível nas grandes urbanizações de caráter popular, promovidas pelo governo federal através do Programa Minha Casa Minha Vida e encontradas em praticamente todas as cidades analisadas, promovendo o alargamento da ocupação para áreas distantes e descontínuas em relação ao tecido urbano existente. Apesar de muitos desses empreendimentos serem formalmente abertos, a exemplo dos loteamentos fechados, esses conjuntos habitacionais também se inserem como peças autônomas no fundo do território, como observado em Maceió (**Figura 22**).



Figura 22 - Maceió e empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Portanto, a forma urbana espalhada está associada tanto a ação dos atores privados como de atores públicos, vale tanto para a urbanização promovida pelos setores hegemônicos do capital imobiliário, como para as intervenções de caráter e promoção pública, seja na implantação de infraestruturas, seja nas implantações de habitação de interesse social do programa MCMV.

A análise das cidades em questão nos mostra, respeitadas as diferenças entre elas, que tanto nas áreas intra-urbanas e nos seus espaços em transformação, quanto nas áreas de expansão urbana está ocorrendo uma urbanização de baixa densidade através de unidades autônomas de habitação, comércio, serviços e da administração pública, como o Centro Administrativo de Salvador.

Essa urbanização é promovida por uma associação entre atores privados patrocinados pelo poder público central, tanto no que concerne a provisão de infraestruturas, que facilitam a ocorrência de um urbano extensivo, como na produção de habitação de interesse social associada à capitais privados, cuja localização dos conjuntos resultantes tem, via de regra, ocorrido em flagrante descontinuidade com a cidade existente. O modo como essas operações se implantam e desenham o território caracteriza-se por uma adição de fragmentos distantes uns dos outros e, em seu entremeio, um conjunto de espaços livres



tanto expressivos quanto imprecisos, composto por áreas de infraestruturas, reserva ambiental ou de mercado.

Isto é particularmente visível nas cidades que atualmente estão submetidas a fortes processos de transformação interna e também nos processos denominados aqui de urbanização alargada. As cidades de Maceió e Salvador, em função das características geofísicas do território, exemplificam esse tipo de urbanização espreada.

Salvador, em função da ocupação anterior, ocorrida até os anos 1970, parte significativa dos fundos de vale foram preservados de todo tipo de ocupação. Nessa cidade, observa-se que nas partes altas das áreas mais estruturadas, situam-se as classes média e médio alta, nas encostas e nos tabuleiros mais distantes do centro, a população de menor poder aquisitivo (**Figura 23**). Nos últimos 40 anos a cidade vem passando por transformações profundas com relação às infraestruturas de mobilidade, ocupando os fundos de vale com vias e avenidas expressas (**Figuras 24 e 25**).



Figura 23 – Salvador: ocupação de encostas de baixa renda e bairros tradicionais de classe média e média alta

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014



Figura 24 - Salvador: urbanização intensiva e Figura 25 – Salvador: urbanização extensiva

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Maceió, em menor escala, também vem promovendo uma ocupação nos topos dos tabuleiros e estendendo a área urbanizada nas partes menos acidentadas (**Figura 25**). Neste caso, até mesmo em função da escala da cidade, os empreendimentos do MCMV são visíveis, e sua localização é autônoma até mesmo em relação às infraestruturas (**Figura 26**). A população de baixa renda vem ocupando as grotas deixadas como vazios de interesse ambiental (**Figura 27**).



Figura 25 - Maceió: ocupação em tabuleiros e Figura 26 – Maceió – MCMV

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014



Figura 27- Maceió – Ocupação de baixa renda nas grotas

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

As cidades de Santos e Vitória, por estarem em parte contidas em ilhas ou envolvidas por mangue e áreas de interesse portuário, tem espaço de expansão urbana dentro do município, muito restrito e devido a esse fato tem exportado a população mais pobre para os morros e para as outras cidades de suas respectivas regiões metropolitanas. Nestas cidades, mesmo os empreendimentos do programa MCMV tem influência muito restrita em função do valor do solo e da dimensão dos terrenos disponíveis (**Figuras 28 a 30**).



Figuras 28 e 29 – Vitória: ocupação intensiva e informal nas encostas

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014



Figura 30 - Santos – ocupação densa entre mar e serra
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

3.4.2. SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E AS ESTRUTURAS AMBIENTAIS

Os temas e as abordagens tratados nas oficinas do QUAPÁ-SEL nas cidades estudadas nos levam a privilegiar nesta reflexão os espaços livres de maior expressão e legibilidade, aqueles que determinam de modo predominante a forma da cidade. Os tipos morfológicos, os tamanhos dos lotes, a existências de alinhamentos ou de recuos, apesar de sua importância, serão, em um primeiro momento, abordados de forma indireta, ou melhor, de forma conjunta, diferenciando os conjuntos historicamente urbanizados: a cidade que se organiza de forma contínua e se conecta através do sistema de espaços livres públicos, através dos quais lê e percebe a cidade. Neste caso fica claro a ideia sobre o espaço livre público como elemento ordenador: espaço aberto, livre, por onde se percorre.

Quando deixamos estas partes da cidade de urbanização consolidada e secular e adentramos os territórios da urbanização espraiada, esta clareza em relação ao papel dos espaços livres perde muito de seu sentido original. Neste caso a própria definição do que é público se torna mais difícil, os elementos urbanos tradicionais, em especial a rua, são transformados em vias de acesso, perdem sua diversidade funcional e deixam de reunir o



conjunto de características que costumamos associar. Tornam-se mais especializadas, respondendo apenas a uma de suas funções primárias de modo eficaz – o trânsito motorizado individual. As vias expressas são hoje a expressão máxima dessa nova especialização urbana: estabelecem conexões, garantem acessos e, mais do que isso, condicionam a ocupação do entorno e a utilização do espaço envolvente (**Figura 31**).



Figura 31 - Recife: vias expressas estabelecem as conexões e condicionam a ocupação do entorno

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

O urbano espraiado é hoje uma realidade talvez maior, em termos da quantidade de território ocupado, do que a cidade tradicional. Não há como negar estes novos fatos urbanos. Apesar disso as representações coletivas ainda resistem em estar associadas a repertórios da cidade histórica. O mesmo podemos afirmar em relação às formas de analisar ou enquadrar esta nova forma de crescimento urbano. Quando a própria idéia de público perde clareza e nitidez, isto ocorre em função da falta de ferramentas próprias para perceber e analisar este novo contexto. Portanto, corremos o risco de, pelo desconhecimento, estarmos associando diferentes práticas e elementos urbanos pouco convencionais a idéias pré-concebidas de *não lugar* (AUGÈ, 1994), para designar e uniformizar realidades múltiplas. Esse processo sinaliza uma clara recusa a compreender as lógicas próprias destes territórios e das práticas a eles associados.



Aparentemente, nas oficinas do QUAPÁ-SEL analisadas, estas diferenças nunca foram muito explicitadas e diferenciadas. Continuamos, pelo menos formalmente, operando com critérios e terminologias da cidade tradicional: espaço verde, paisagem, ou então acrescentando outros conceitos e denominações imprecisas e pouco operativas como é o caso da referência ao *não lugar*. Por exemplo, a quantidade de espaços denominados parques ou parques lineares sem nenhuma qualificação é enorme e percebida pela população como lugar nenhum, lugar de depósito de dejetos, de entulho.

Se nos centros consolidados das cidades o sistema de espaços livres públicos é totalmente legível, acessível e passível de ser percorrido no sentido proposto por Certeau (1984), no urbano espraiado das expansões urbanas recentes ganham importância e visibilidade, além das infraestruturas, os espaços livres pertencentes ou associados à estrutura ecológica. São elementos em geral contínuos e facilmente reconhecíveis na escala territorial. Nas análises dos resultados das oficinas e na comparação entre as cidades, esses elementos foram levantados e valorizados como indivíduos, como elementos isolados. Sua importância não foi devidamente assinalada como essencial na definição de um sistema de espaços livres na escala territorial. Apesar de sua impressionante expressividade nas imagens aéreas das oficinas, estes elementos da estrutura ecológica não foram devidamente valorizados como capazes de orientar e condicionar a urbanização do território (**Figuras 32 e 33**).



Figura 32 – Manguezal em Vitória e Figura 33 – Via expressa em Salvador

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Nas áreas centrais das cidades o sistema de espaços livres já está consolidado, mas nas expansões urbanas é ainda uma oportunidade para ações futuras: rios, córregos,



manguezais e matas podem ser transformados em fachadas urbanas contínuas, em elementos ordenadores de elevada capacidade operativa, em elementos de continuidade e legibilidade da forma urbana. Neste sentido, valorizar os espaços livres derivados das regulamentações ambientais é, antes de tudo, uma decisão de estrutura urbana.

CONSIDERAÇÕES SOBRE DUAS OU TRÊS COISAS

Ao debatermos sobre as análises e relatórios, mapas e imagens selecionadas nas cidades estudadas, pudemos tecer algumas considerações a título de síntese que se referem a tendências de ocupação futura, possíveis indicadores de generalização e aspectos singulares que particularizam as cidades.

Tendências: questões ambientais e de infraestrutura

Em Recife, observam-se vetores potenciais de desenvolvimento e de mudança da morfologia urbana. Inexiste a predominância de um tipo de processo: são iniciativas (privadas e públicas, federais, do governo do Estado e municipais) neoliberais que congregam verticalização, renovação viária e implantação de parques, com pequenos projetos do Programa MCMV.

Vários novos empreendimentos residenciais de alto padrão estão pulverizados no tecido urbano da região norte da cidade (entre o rio Capibaribe e a Av. Norte). A ocupação urbana extravasa para os municípios vizinhos, na Região Metropolitana: a oeste, a sul - sentido Boa Viagem, a norte - sentido Olinda (**Figura 34**).



Figura 34 – Eixos de expansão em Recife

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Em Maceió, consolidam-se as ocupações segundo a ordem de segregação imposta, a nordeste, com concentração de ocupações de baixas rendas, e a noroeste, com a localização em ocupações de altas rendas. Essa segregação é condicionada pelo suporte físico, onde nos tabuleiros situam-se os conjuntos habitacionais de interesse social, levando que os tabuleiros sejam mais adensados com tecidos mais consolidados (**Figuras 35 e 36**).



Figuras 35 – Maceió: MCMV em planície e Figura 36 - Ocupação em tabuleiros

Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Em Salvador e Vitória, podemos afirmar que ocorrerá a diminuição significativa dos espaços livres, processos intensos de verticalização e adensamento junto às novas vias e corredores



de transporte, com aumento da ocupação dos morros, mesclando-se alta renda e baixa renda (**Figuras 37 e 38**).



Figura 37 – Expansão em Salvador e Figura 38 – Ocupação de encostas em Vitória
Fonte: Acervo QUAPÁ-SEL, 2014

Finalmente em Santos, devido ao alto valor do solo, concluímos que a área continental é o único setor com áreas disponíveis para as necessidades de investimentos do mercado pois concentram terrenos maiores. Ocorre também um processo de (re)ocupação de áreas que foram objeto da re-localização de indústrias ou de equipamentos obsoletos. Nessa cidade, a população de baixa renda está sendo expulsa para outras cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Indicadores de similaridades e possíveis generalizações

Dentre os principais aspectos que podem nos fornecer pistas para o entendimento destacamos aqui elementos, processos, padrões e tipos morfológicos similares às cidades analisadas, conforme descrito a seguir.

O **suporte físico** apresenta espaços livres estruturais que atuam como um fator de segregação socioambiental, conforme verificado: em Recife, com o Rio Capibaribe e suas margens; em Maceió, com o conjunto formado por tabuleiros, grotas, lagoas e dunas; em Salvador, com o sistema de planícies entre vales e escarpas; em Vitória, a partir da formação insular, composta por morros isolados e canais; em Santos, também a partir da formação insular composta por morros isolados e estuários.



Outro aspecto similar às quatro cidades é a **valorização imobiliária da orla marítima**, principalmente a partir de 2008, em processos de expansão vertical e horizontal simultâneas, em Recife, Maceió, Salvador e Vitória, e de expansão vertical em Salvador.

Em termos de padrões de ocupação, podemos afirmar a característica comum a todas as cidades que apresentam **tecidos urbanos compactos**, com índices variados de verticalização, condicionados pelas características do suporte físico: em Recife, nas planícies entre rios e a orla; em Maceió, nas planícies entre tabuleiros, grotas e dunas; em Salvador, planícies entre morros e tabuleiros; em Vitória, nas planícies entre morros e canais; e em Santos, com alto índice de verticalização, também nas planícies entre morros, rios e canais.

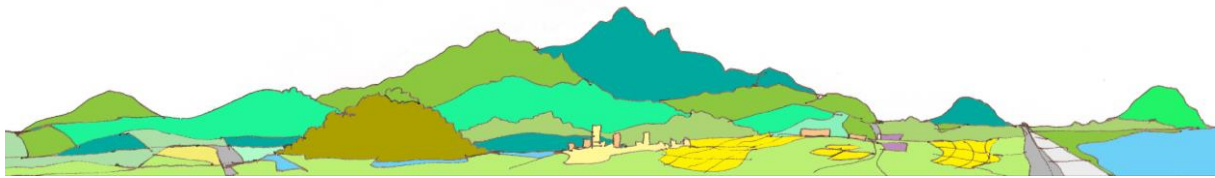
Outra característica similar observadas nas cidades estudadas, assim como em diversas cidades espalhadas no território brasileiro, é o forte impacto negativo na paisagem e estrutura urbanas dos **empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida**, nos seus tipos uni ou multi familiar e em forma de condomínio ou loteamento, por se localizarem em áreas nas periferias dos tecidos, e apresentarem, via de regra, padrões ruins de inserção na malha urbana, de conexão e acessibilidade, de definição de centralidades, de implantação e desenho urbano, de tratamento paisagístico e conforto ambiental, e de infraestrutura social. Apenas a cidade de Santos, por não ter recebido esse perfil de investimento, apresenta conjuntos de habitação de interesse social sem maior influência na estrutura urbana.

Aspectos singulares que particularizam as cidades – especificidades e contrastes

Concluindo nossa análise, podemos ressaltar alguns aspectos que singularizam cada cidade e que aponta contrastes significativos nos aspectos levantados durante as Oficinas.

O primeiro se refere **ao território e à região** do Brasil onde se inserem as cidades, pois é nítida a diferença entre aquelas situadas na região Nordeste, como Recife, Maceió e Salvador, e aquelas localizadas no Sudeste, como Vitória e Santos. As condições que pautam a economia dessas regiões são elementos que historicamente e culturalmente as diferenciam seja através de índices como os IDH's e dos PIB/capita, seja através das paisagens sociais que nelas se observam (TÂNGARI, 2013).

O segundo aspecto se relaciona ao **suporte geobiofísico**. Mesmo localizadas em setores onde o bioma original é a Mata Atlântica, as cidades do Nordeste, como Recife, Maceió e



Salvador, situam-se nas faixas de transição para o bioma de caatinga, onde solo e clima não favoreceram as principais culturas econômicas que impulsionaram a urbanização no Brasil, tais como extração de madeira, mineração, cana de açúcar e, com maior intensidade, o cultivo de café. As condições geobiofísicas encontradas nas cidades de Sudeste, como Vitória e Santos, em que pese a característica descrita por Ab'Saber (2003) por “mares de morros”, foram definitivas para seu desenvolvimento por possibilitar, em graus distintos, as culturas descritas acima.

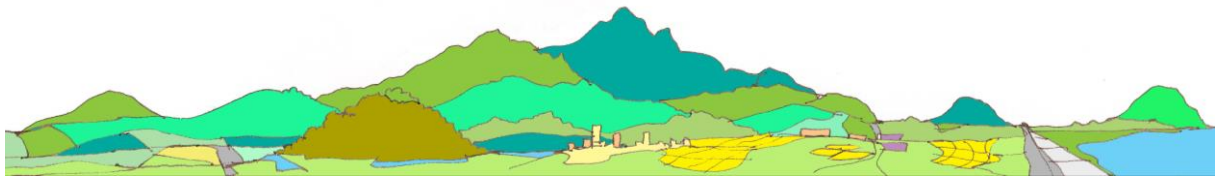
O terceiro aspecto se refere à **gênese, à história política e à função administrativa** de cada cidade, por se diferenciarem aquelas que exerceram funções de sedes de governo no período colonial, como Santos, Salvador e Recife, aquelas que permaneceram como capitais de estado, onde disputam ações de governos estaduais e municipais, como Recife, Maceió, Salvador, Vitória e aquelas que exercem maior protagonismo como centralidades supra-regionais, tais como Salvador e Santos.

Finalmente o quarto aspecto relaciona as condições acima descritas às **funções econômicas** exercidas nas cidades e nas suas regiões de influência. Nesse sentido, atuam como diferenciais as funções exercidas pelas cidades com instalações portuárias associadas a complexos de atividades extrativistas, como polos petroquímicos ou de mineração. Nesse caso se enquadram as cidades de Salvador e Vitória, e principalmente Santos. Na outra ponta, se inserem as cidades que funcionam como centros mistos de serviços e polos turísticos, como Recife e Maceió.

Como ponto final a esse artigo, compete declarar que as considerações feitas não esgotam as amplas possibilidades de entendimentos sobre forma urbana e espaços livres expressas pelas paisagens das cidades estudadas e relatadas nos relatórios, cartografias e iconografias produzidos pelo Laboratório QUAPÁ-SEL da FAUUSP. Sinalizam apenas que devemos prosseguir e tentar aprofundar nossos debates, alimentados pelo importante acervo de pesquisa que a rede de pesquisadores tem a seu alcance e disposto a enfrentar as novas realidades urbanas das nossas cidades que essas informações reunidas e cruzadas a todos descortinam.

Referências:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMPOS A, QUEIROGA E, GALENDER F, DEGREAS H, AKAMINE R, MACEDO S, CUSTÓDIO V.(eds.) *Sistemas de Espaços Livres – conceitos, conflitos e paradigmas*. São Paulo: FAUUSP, 2011.

_____ (eds.) *Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras*, São Paulo: FAUUSP, 2012.

CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life*. (Trad: Steven Rendall). Berkeley: University of California Press, 1984.

TÂNGARI, Vera R. *Um outro lado do Rio*. (tese de doutorado). São Paulo: FAUUSP, 1999.

_____. A configuração da paisagem urbana no Rio de Janeiro: identificando os tipos morfológicos dos subúrbios ferroviários da zona norte. In: *PNUM 2013 Proceedings*. Coimbra: University of Coimbra-Dept. of Civil Engineering, 2013, p.1135-1147.

_____. A construção social das paisagens no Brasil: um debate conceitual e metodológico. In: *Anais do XV ENAMPUR*. Recife: ANPUR / MDU / UFPE / PPGED, 2013. Cd Rom.